

Violência escolar e apoios cotidianos: percepções de jovens de uma escola pública

School violence and daily support: perceptions of young people in a public school

Violencia escolar y apoyo diario: percepciones de los jóvenes en una escuela pública

*Júlia Vieira Muniz de Albuquerque¹
Danilo Santos do Carmo²
Waldez Cavalcante Bezerra³*

 <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe16322>

Resumo: A partir de dados produzidos através de grupos focais realizados com 11 estudantes de uma escola pública de Maceió/AL, esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção de jovens do ensino médio sobre a violência escolar e sobre os seus apoios sociais cotidianos. Os dados permitiram identificar e entender as várias faces da violência no ambiente escolar e como esta interfere no cotidiano dos estudantes, dentro e fora da escola. Concluiu-se que os jovens, em sua maioria, recebem apoio para lidar com seus conflitos, sejam eles advindos da escola e/ou da família, contudo, ainda se faz necessário fortalecer e ampliar essas redes de suporte.

Palavras-chave: Exposição à violência. Vulnerabilidade social. Escola pública. Juventude.

Abstract: Based on data produced through focus groups with 11 students from a public school in Maceió/AL, this research aimed to analyze the perception of high school youth about school violence and their daily social support. The data made it possible to identify and understand the various faces of violence in the school environment and how it interferes with students' daily lives, inside and outside the school. It was concluded that young people, for the most part, receive support to deal with their conflicts, whether they come from school and/or family, however, it is still necessary to strengthen and expand these support networks.

Keywords: Exposure to violence. Social vulnerability. Public school. Youth.

¹ Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Curso de Terapia Ocupacional, Maceió, A.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6276-8646>. Contato: juliavieiramuniz@gmail.com

² Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Curso de Terapia Ocupacional, Maceió, AL.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1229-4723>. Contato: dani.carmo.mcz@gmail.com

³ Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7178-4074>.
Contato: waldezto@yahoo.com.br

Resumen: A partir de datos producidos a través de grupos focales com 11 estudantes de una escuela pública de Maceió/AL, esta investigación tuvo objetivo analizar la percepción de los jóvenes de secundaria sobre la violencia escolar y su Apoyo social cotidiano. Los datos permitieron identificar y comprender las diversas caras de la violencia em el ambiente escolar y cómo interfiere em la vida cotidiana de los estudiantes, dentro y fuera de la escuela. Se concluyó que los jóvenes, em su mayoría, reciben Apoyo para afrontar sus conflictos, ya sea que provengan de la escuela y/o de la familia, sin embargo, aún es necessário fortalecer y ampliar estas redes de Apoyo.

Palabras clave: Exposición a la violencia. Vulnerabilidad social. Escuela pública. Juventud.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o Estatuto da Juventude define o limite entre 15 e 29 anos de idade para uma pessoa ser considerada jovem (BRASIL, 2013). Contudo, não é só a faixa etária estipulada que define a juventude, tendo em vista que outros fatores além das transformações biológicas devem ser considerados, tais como questões psicológicas, culturais e sociais, variantes dos diferentes gêneros, classes sociais, etnias, entre outros aspectos (PEIXOTO *et al*, 2020).

Nessa perspectiva, para além da maturação biológica, as juventudes resultam de tensões e pressões originadas do contexto social, fundamentalmente, daquelas relacionadas com os processos de socialização do sujeito e de aquisição de papéis sociais, relacionando-se com a qualidade das vivências e das oportunidades encontradas no seu contexto social (SILVA; RUZZI-PEREIRA; PEREIRA, 2013).

Com uma variedade de questões influenciando as suas vidas, os jovens apresentam grande vulnerabilidade a diversas situações de risco, incluindo a exposição à violência. O somatório de vulnerabilidades materiais, culturais e afetivas fragiliza a construção e/ou dificulta o fortalecimento de redes sociais de suporte formais e informais, contribuindo para o aumento da desproteção social dos jovens e suas famílias (SOUZA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2015).

Essas redes sociais de suporte, segundo Sluzki (2010), podem ser entendidas como um sistema de interação formado por sujeitos que se ajudam e se apoiam. Nelas, além das pessoas que fazem parte da família, incluem-se também os amigos, a comunidade e os aparatos institucionais como os serviços de educação, saúde, assistência social, entre outros. Para o autor, quanto mais diversificada e fortemente articulada for a rede, mais ela se constitui como fator de proteção dos indivíduos.

Nessa direção, a instituição escolar é um dispositivo importante na composição das redes de suporte para jovens. Especificamente a escola pública é reconhecida como um lugar onde se desenvolve a educação, porém as suas atribuições vão para além do



objetivo pedagógico, sendo um local de construção de um novo modo de organização social, econômico e político (ALMEIDA; SALCES; FERNANDES, 2021). Para os autores, a escola, que sempre foi objeto de disputas de projetos voltados para beneficiar as classes mais dominantes, tornou-se um espaço de uma nova configuração de sociedade, fazendo com que as classes mais pobres fossem incorporadas à sociedade dita civilizada, visto que historicamente tais classes ficaram de fora do espaço escolar até o século XIX.

Rocha (2014) afirma que é na escola onde é realizada a preparação dos jovens para a vida adulta, momento no qual o exercício da cidadania e a integralidade das funções sociais se consolidam e, inclusive, configura-se como a instituição responsável por conceder legitimidade a categoria social juventude ao estabelecer um espaço e papel específico para os jovens e possibilitar sua preparação para o futuro.

Por outro lado, é na escola, assim como qualquer local de sociabilidade, onde também se manifestam conflitos que, não sendo trabalhados de forma a serem ressignificados, podem culminar em situações de violência, que afetam o cotidiano dos diversos atores que a frequentam, influenciando, sobretudo, a relação das juventudes com o espaço escolar.

O tema da violência escolar passou a ser alvo de estudos e debates no Brasil a partir da década de 1980, tendo se complexificado desde então (SPÓSITO, 2001). Assim, encontra-se na literatura várias conceituações sobre a violência escolar, sendo notória a dificuldade em adotar apenas uma definição do que esta violência significa, uma vez que ela se apresenta em diversas formas. Considerando, então, as multiplicidades de situações que podem ser conceituadas como violência escolar, optou-se, para este estudo, pelas definições apresentadas por Priotto e Boneti (2009), que classificam este fenômeno em três principais perspectivas: a violência *na* escola, a violência *da* escola e a violência *contra* a escola.

Para as autoras, a violência *na* escola pode ser caracterizada por manifestações variadas que surgem dentro do ambiente escolar, sendo estas de cunho físico, verbal ou simbólico. Já a violência *da* escola é caracterizada por todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudiquem seus membros, podendo ser expressas por violência institucional e/ou simbólica. E a violência *contra* a escola é considerada como todo tipo de ato contra a escola e seus representantes, incluindo a destruição, roubo ou furto do patrimônio, advindos de pessoas estranhas à escola ou membros do corpo escolar (PRIOTTO; BONETI, 2009).

É preciso destacar que conflito é diferente de violência, pois o conflito é inerente à vida em sociedade, e como tal, também está presente no cotidiano escolar, dada a



heterogeneidade das pessoas que circulam no espaço da escola (CARMO *et al.*, 2021). Desse modo, é fundamental que dialogar constantemente para a resolução dos conflitos escolares, evitando que se transformem em atos de violência. Uma forma de fazer isto é investir em práticas democráticas e promotoras de respeito e responsabilidade dos jovens sem recorrer a medidas moralizantes e autoritárias (VICENTIN; GRAMKOW, 2018).

De acordo com Kappel *et al.* (2014), as estratégias de enfrentamento da violência escolar, além de considerar dados sobre sua magnitude, perpassam também pela compreensão do contexto social que a produziu, considerando os fatos e a representação que ela adquire para as pessoas e comunidades que interagem a escola.

Nesse sentido, é importante investigar a violência escolar e as suas manifestações, além de discutir o papel da escola na rede social de suporte de jovens em contextos de vulnerabilidade social, problematizando as suas potencialidades para além do cumprimento do currículo formal. Assim, esta pesquisa buscou analisar a percepção de jovens do ensino médio sobre a violência escolar e sobre os seus apoios sociais cotidianos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Metodologicamente, configura-se como um estudo qualitativo, de caráter exploratório. Minayo (2018) pontua que a abordagem qualitativa é aplicada ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções, das opiniões, das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos. Esta abordagem permite ao pesquisador desvelar processos sociais sob a ótica dos sujeitos envolvidos na pesquisa, bem como potencializar a participação deles no que se refere à espontaneidade e à diversidade de respostas.

O estudo foi realizado com 11 jovens estudantes do ensino médio de uma escola pública estadual localizada na cidade de Maceió/AL. Foram incluídos os jovens regularmente matriculados e com idades entre 15 e 29 anos, seguindo a delimitação etária do Estatuto da Juventude no Brasil (BRASIL, 2013), de ambos os sexos. Dentre os que atendiam aos critérios de inclusão, foram excluídos aqueles que estavam matriculados, mas não estavam na escola no dia da apresentação e seleção dos participantes.

Para convidar os jovens a participar da pesquisa, os pesquisadores visitaram as três turmas do ensino médio e apresentaram o projeto, verificando os estudantes



interessados em participar. Após essa abordagem, seis estudantes da turma do primeiro ano e cinco da turma do terceiro ano demonstraram interesse. Junto aos interessados foi agendado um encontro na própria escola, em conformidade com a disponibilidade deles, para realizar a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para aqueles com 18 anos ou mais, e do Termo de Assentimento, para os com idade inferior a 18 anos. Neste momento, foram retiradas todas as dúvidas, procedeu-se com as assinaturas dos termos e foram realizados os grupos focais, que ocorreram no dia 14 de novembro de 2019 no turno da manhã. Cada grupo teve uma duração média de 60min.

Os grupos foram identificados como Grupo A, composto pelos seis estudantes da turma do primeiro ano, e Grupo B, formado pelos cinco estudantes da turma do terceiro ano. Cada participante recebeu um número de identificação aleatório de 1 a 6 para o Grupo A e de 1 a 5 para o Grupo B. Desse modo, na apresentação dos resultados e discussão, os estudantes serão identificados pela letra do grupo focal que participou (A ou B), seguida de um número.

Para orientar a discussão nos grupos focais foi utilizado um roteiro com questões previamente elaboradas pelos pesquisadores, que se dividiram entre coordenador e secretário durante a realização dos grupos. Para melhor registro das informações foi solicitada a gravação em áudio dos grupos focais, que posteriormente foi transcrita na íntegra e passou pelo processo de análise por meio da técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011). O estudo atendeu aos padrões éticos propostos pela Resolução CNE Nº 510/2016, que norteia pesquisas com seres humanos nas ciências humanas e sociais e contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise das informações obtidas a partir dos grupos focais, foram elaboradas duas categorias temáticas para apresentação e discussão dos resultados, sendo elas: as interfaces da violência no ambiente escolar; e apoios cotidianos e o lugar da escola pública. Apresenta-se as mesmas a seguir.

3.1. As interfaces da violência no contexto escolar

Nesta categoria discutem-se as várias faces da violência escolar identificadas a partir das falas dos jovens. Considerando a análise dos dados e tendo em vista a multiplicidade de situações que podem ser consideradas como violência, optou-se por organizar a



exposição em três perspectivas: a violência *na* escola, a violência *da* escola e a violência *contra* a escola, seguindo a classificação de Priotto e Boneti (2009).

Quanto à violência *na* escola, as falas dos estudantes, que em sua maioria remetiam a experiências pessoais, revelaram que as principais manifestações deste tipo de violência se expressam através de atos físicos e verbais, sendo a prática do *bullying*, termo utilizado por eles, bastante presente. Algumas vezes, estas ações ocorrem mascaradas como brincadeiras e, geralmente, são praticadas nas salas de aula e no pátio da escola, tendo como principais atores os próprios estudantes. Os excertos a seguir são ilustrativos disto:

A violência aparece na metade da escola eu acho, tanto como agressão física mesmo e verbal, está entendendo? Não são todos, mas às vezes até a pessoa está tirando brincadeira com outra e sem querer ofende ela, [...] a pessoa na brincadeira pode praticar algum ato tipo *bullying*, preconceito (B1).

[...] sobre brincadeiras, que eles [alunos] aparentam que estão brincando, só que também magoam os outros. Para eles tudo é brincadeira. Eles se descontrolam e não sabem o que sai da boca deles (A6).

Quando eu vim para cá [...] foi nesse ano que eu mais sofri nessa escola, porque além desse afastamento todo das pessoas de mim, eu ouvia comentários que me machucavam. Quando eu chegava em casa eu chorava, não queria ir para escola, muitas vezes eu cheguei até a não ir, eu fiquei praticamente uma semana sem vir, mentia em casa dizendo que eu estava doente para não vir para escola por conta do *bullying* (A3).

De acordo com o Unicef (2012) as escolas têm sido ambientes em que práticas excludentes e violentas contra a população jovem ocorrem com frequência. Estas práticas se apresentam desde a agressão verbal até a agressão física. Estudando as características da violência escolar no Brasil, Nesello *et al* (2014) constataram que 83,4% dos estudantes e 87,3% dos professores relataram a existência da violência escolar, sendo a prática denominada como *bullying* a representação de violência mais citada.

Este tipo de violência é categorizado como comportamentos violentos intencionais e insistentes, onde há sempre uma vítima e um agressor. Práticas como estas tem sido cada vez mais identificadas nas escolas e, embora não sejam ações que começaram a acontecer apenas nos últimos anos, sua publicização é relativamente recente. Apesar da disseminação do assunto, percebe-se uma certa banalização das ações e comportamentos que permeiam este tema, por vezes abordado de forma naturalizada. Ainda, é comum a visão geral de emoldurar todos os tipos de violência escolar como *bullying*, o que invisibiliza a relação de algumas violências escolares com fenômenos sociais complexos, como por exemplo a homofobia ou racismo (MARAFON; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2014; CARMO *et al.*, 2021)

Ainda no que diz respeito a violência *na* escola, Charlort (2002) destaca que as manifestações deste tipo de violência podem não estar diretamente ligadas à escola, mas ao território onde ela está inserida. Isto foi possível observar no relato de um jovem:

A violência em volta da escola também vem muito aqui para dentro, porque tem muita violência fora da escola. Hoje nem muito, mas há poucos meses tinha muito, aí alunos que fazem parte ou já fizeram, não todos, traz para dentro da escola e isso afeta muito (A2).

O contexto sociogeográfico da escola onde a pesquisa foi realizada é fortemente marcado pela violência e confrontos entre facções criminosas. Mesmo que em sua maioria a violência ocorra fora dos muros da escola, suas consequências parecem repercutir em seu interior. Percebe-se, através das falas dos jovens, que a violência *na* escola se evidencia em situações variadas do cotidiano da instituição e dos estudantes, apresentando-se às vezes disfarçada, às vezes mais explícita.

No que diz respeito à violência *da* escola, esta foi a perspectiva citada com mais frequência pelos jovens, principalmente no que se refere a falta de diálogo e atitudes de funcionários em momentos de conflito ou a uma possível negligência da escola para com os acontecimentos da vida dos estudantes. Chama atenção o relato deles de que a direção, frequentemente, recorre à polícia para lidar com as situações conflitivas do cotidiano escolar.

[...] quando você vai falar, se uma caneta ou um caderno sumiu, ela [diretora] diz que vai chamar a polícia [...] aí a pessoa pergunta: na escola tem violência? Como vai acabar se até as diretoras ficam fazendo isso na escola? (A6).

Como eles falaram! Às vezes não há necessidade de chamar [a polícia], mas isso já virou tão constante na escola que ela já se vê ao ponto de qualquer coisa mesmo chamar a polícia (A1).

Essa violência também acontece com os professores, de enaltecer o aluno e não se preocupar com os outros que não sabem. Ela [a escola] não enxergou para o outro lado, ela só enxergou aqueles que estavam vindo para escola, que não tinham falta, que tinham uma nota boa (B3).

Observa-se, que na visão dos jovens, o modo como a gestão da escola tem lidado com os conflitos não favorece o estabelecimento de relações não violentas. Para eles, a intervenção de agentes externos como a polícia para resolver os conflitos escolares não seria a maneira mais adequada, sendo esta prática entendida pelos jovens como uma forma de violência *da* escola contra os estudantes.

A prática de acionar órgãos de segurança é comum em escolas, principalmente nas públicas. Em estudo sobre gestão escolar e situações de conflitos e violência, Martins

e Machado (2016) constataram que nos casos de furtos de equipamentos e violência física, a opção de chamar a Polícia Militar e/ou a Guarda Civil Metropolitana tem sido priorizada pelas direções escolares ao invés da utilização dos mecanismos internos das escolas, a exemplo dos conselhos escolares.

Como destacado por Priotto e Boneti (2009) a violência *da* escola precisa ser analisada na relação com a violência *contra* a escola, visto que determinadas ações da escola e dos seus representantes (gestores, professores e funcionários em geral) podem ser disparadoras da indisciplina escolar que, eventualmente, pode evoluir para situações de violência.

Além disso, a prática de recorrer aos órgãos de segurança pública como primeira via para resolver os conflitos e a violência escolar pode implicar na transformação de um ato indisciplinar, que deveria ser resolvido pelas instâncias da própria escola, em atos infracionais, judicializando situações de conflitos inerentes ao cotidiano escolar (ARAÚJO FILHO *et al.*, 2020).

Ainda com base nos relatos dos jovens, a violência *da* escola também se expressa através do preconceito de funcionários com determinadas características dos estudantes e, no relato obtido, especificamente em relação ao público LGBTQIA+.

A minha irmã tinha vindo me entregar a chave porque ela ia sair, aí ela falou meu nome para o rapaz [porteiro], aí ele pegou e disse: “é qual? É aquele veadinho é?”. Minha irmã voltou para casa e ligou para minha mãe, que veio do trabalho diretamente para escola e ficou alterada (B2).

A heteronormatividade faz parte do cotidiano da sociedade e o ambiente escolar contribui para reforçá-la, uma vez que estes assuntos são pouco discutidos. Termos pejorativos aparecem com recorrência na linguagem dos atores sociais da escola, sendo proclamados também por funcionários, tornando a situação ainda mais grave, visto que é o corpo técnico-pedagógico quem deveria combater, prioritariamente, este tipo de situação (GONTIJO, 2018).

Estudos como os de Silva, Bezerra e Queiroz (2015) e Monzeli, Ferreira e Lopes (2015) apontam que escola, incluindo as públicas, que deveriam se configurar como um importante ponto de apoio nas redes de suporte na vida dos jovens das classes populares, apresentam dificuldades para lidar com diferenças que não são completamente aceitas na sociedade, passando a se tornar espaços de exclusão. Desta forma, segundo esses estudos, a instituição escolar que deveria proteger, respeitar e promover a integração e a boa convivência, estabelece regras que reproduzem padrões

de comportamento, gêneros e sexualidades dominantes, gerando processos excludentes contra quem não corresponde às expectativas das regras institucionais.

A terceira perspectiva aqui elencada é a da violência *contra* a escola, na qual foram incluídos relatos dos jovens sobre situações em relação ao espaço físico da escola, que enfrenta problemas de depredação praticada tanto por alunos quanto pela população do entorno.

O caso mais frequente é no ginásio, [...] quando a gente conseguiu, os próprios alunos fizeram questão de destruir, pichando, quebrando as traves (A5).

Os alunos não praticam [violência] só com as pessoas, mas também com a escola. Vocês podem ver aqui que essa escola também está um pouco destruída porque eles não sabem preservar o que têm (A6).

Até mesmo a população... querendo ou não era uma violência contra a escola, porque os lixos, eles juntavam e colocavam na porta da escola e a gente sofria com o mau cheiro, tinha dias que era insuportável na porta da escola (A1).

O descuido com a integridade física da escola foi notório durante a pesquisa de campo, tanto por ações realizadas por estudantes, quanto por pessoas da comunidade. Tal descuido aparecia através da pichação nas paredes do prédio ou pelas carteiras e portas quebradas pela própria comunidade escolar.

Para Santos (2002, p. 118) a relação entre a escola e as práticas de violência contra o patrimônio “passa pela reconstrução da complexidade das relações sociais que estão presentes no espaço social da escola”. Uma vez que o ambiente escolar pode ser considerado como um lugar de expressão de ressentimento social, a violência passa a se tornar um discurso de recusa pelas situações causadas pela vulnerabilidade social ou pelas violências produzidas pela instituição escolar.

A prática da violência contra o ambiente escolar, por vezes, pode ser entendida de modo naturalizado, como inerente às escolas públicas, diante do contexto social no qual estas estão inseridas. Porém, tendo em vista que estas práticas contra o patrimônio podem evoluir para atos mais violentos, este comportamento não pode ser tratado como algo sem importância (BECKER; KASSOUF, 2016).

Nessa direção, Barros et al. (2001) sugerem que a infraestrutura e o estado de conservação das escolas implicam diretamente no desempenho escolar e medidas concretas precisam ser tomadas para a preservação deste espaço. Contudo, estas medidas, apesar de serem comumente aplicadas pela gestão escolar, precisam ter a participação de toda a comunidade para que se tornem de fato efetivas.

Segundo Dayrell, Gomes e Leão (2010) quando a escola atua sozinha tem dificuldades em construir e reconstruir espaços significativos de participação. Diante disto, uma ação coletiva para a erradicação da violência contra a escola, de acordo com Santos (2002), pode ser a construção e a manutenção de redes sociais densas, principalmente no que se refere ao ambiente escolar. Para este autor, a partir de tais ações, poderia existir a “difusão de uma ética da solidariedade, cuja base seja o respeito ao outro, exemplificada por uma nova relação entre a escola e os grupos sociais que dela participam” (SANTOS, 2002, p.128).

3.2 Apoios cotidianos e o papel da escola pública

O foco desta categoria recai sobre os diferentes apoios que os estudantes recebem para lidar com os problemas do cotidiano, sejam eles escolares ou não. Além disso, problematiza-se o lugar da escola pública na rede social de suporte dos jovens. A exposição dos resultados e discussão do tema se deu a partir de duas ênfases: os apoios recebidos na escola e os apoios externos a ela.

A partir dos dados percebeu-se que os apoios que os estudantes recebem dentro da escola partem principalmente dos professores, mas também há a participação da coordenadora e da diretora da escola, como observa-se nas falas a seguir:

Recebo [apoio] de alguns professores que eu sou mais próximo. Eu tenho o contato de alguns que eu sempre entro em contato para falar sobre algum assunto que seja do meu interesse, que eu tenho alguma dificuldade ou até mesmo algumas coordenadoras (B2).

Alguns professores até incentivam também a gente a continuar estudando (A2).

Bom, na maioria das vezes a gente recebe apoio de diretora, de professoras (A3).

Segundo Seffner (2016), é comum que jovens estudantes elenquem um adulto de referência na escola, pois eles criam a expectativa de que essa pessoa, geralmente um professor, possa lhe ajudar, com responsabilidade, a lidar com os conflitos cotidianos. Esta relação, segundo o autor, se explica a partir de uma concepção de que “a escola não é um local apenas de aquisição de conhecimentos, mas também de sociabilidade na direção de formar um cidadão” (SEFFNER, 2016, p. 54).

Seguindo, portanto, a perspectiva da escola enquanto espaço formador de valores que constroem o convívio democrático, a instituição pode se tornar referência como um lugar que não somente transmite conhecimentos, mas que também educa e orienta jovens cidadãos a serem capazes de se perceberem como pessoas que têm direitos de serem

formados para usufruírem da vida em sociedade de forma plena e democrática (SANTOS; LIMA; VALE, 2020).

Embora afirmem receber apoio de membros da escola, para alguns, esse suporte poderia ser maior. Os jovens problematizaram o papel da escola e as responsabilidades que a instituição escolar deveria assumir em relação aos estudantes, expressando implicitamente em suas falas o desejo de receber mais apoio e compreensão da escola para lidar com as dificuldades da vida.

Tem gente que deixa os problemas de fora da escola fora da escola, que tem muita gente que assa por problemas dentro da escola também, eu acho que eles [professores e gestão] não focam nesses assuntos (A5).

[...] muitas vezes acontece isso, ensinam, mas não procuram saber o que está passando com cada pessoa, com cada aluno, e realmente é isso (A2).

De acordo com Leão, Dayrell e Reis (2011) grande parte do corpo técnico e docente das escolas não compreende o jovem que frequenta a instituição em todas as esferas de sua vida subjetiva e social, mas apenas na dimensão de estudante. Este fato faz com que esta última dimensão seja vista como um dado natural e não como uma construção social e histórica. Desse modo, fatores importantes na vida do sujeito costumam não serem levados em consideração, sendo a condição de estudante, principalmente na dimensão cognitiva, que define a compreensão que a escola tem sobre os jovens.

Isso afasta a ideia de uma relação plena entre a escola e os estudantes, de modo que a escola passa a se configurar enquanto equipamento social pouco efetivo na rede de suporte social dos jovens, tendo em vista que ela assume uma postura distante dos interesses e necessidades deles, demonstrando dificuldades em entender e responder às demandas que lhe são colocadas (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011).

Ainda, identificou-se através das falas, a dificuldade da escola em lidar com a questão da evasão escolar, que é presente na realidade dos estudantes do ensino médio de muitas escolas públicas e se dá por diversos motivos.

Eu acho que a escola não tem investido em alguns [estudantes] que eu acho que terminariam o ano, entendeu? Porque muitos alunos saíram por questão de gravidez, por questão de ter que trabalhar muito cedo ou algo do tipo e eu acho que a escola precisa estar envolvida nessas áreas (B3).

Para Marcassa e Damagro (2021) a evasão escolar é uma expressão clara das desigualdades sociais e das condições de classe, uma vez que este problema é muito mais recorrente nas populações que estão em vulnerabilidade social, que predominantemente frequentam a escola pública. Esta situação não deve ser vista apenas

como um problema único da instituição ou de cunho pessoal do próprio estudante, mas enquanto problema, social que em sua totalidade, envolve várias áreas da vida do sujeito e da organização escolar que, conjuntamente, contribuem para evasão (MARCASSA; DAMAGRO, 2021).

Nesse sentido, é importante refletir sobre o lugar e o papel da escola, principalmente a pública, que é onde a maioria destes jovens se encontram. A escola pública, ao compor a rede social de suporte dos jovens, pode ser um agente fortalecedor de laços, tornando-se um local onde os estudantes encontram oportunidades de construção de projetos futuros condizentes com suas perspectivas de vida e necessidades.

No que diz respeito aos apoios que os jovens recebem fora da escola, destacaram-se as ajudas recebidas principalmente de membros da família e amigos. Contudo, foi possível perceber, ainda que em menor número, alguns jovens que afirmaram não encontrar na família a principal referência para solicitar apoio quando necessitam.

Eu recebo muito mais da minha mãe e dos meus amigos (B4).

Eu conto com a ajuda dos meus familiares, graças a Deus eu não tenho do que reclamar. [...] converso muito também com os meus amigos (A5).

Sobre família eu tenho bem pouco apoio, e são bem poucos mesmo que eu converso sobre estudos e outras coisas também (B3).

Eu, por exemplo, recebo ajuda da minha madrinha, ela me ajuda bastante, e tipo, eu não tenho conversa com meus pais. A única pessoa com quem eu posso contar para ajudar é ela e a minha prima (A3).

A família, para Tosta (2013), é o primeiro núcleo socializador de todo indivíduo. São as vivências experienciadas neste âmbito que permitem que o sujeito exerça suas atividades cotidianas durante sua trajetória, pois estas contribuem para a formação do ser. Contudo, a família, como qualquer outro grupo social, não está isenta de conflitos.

Ao mesmo tempo que alguns jovens conseguem encontrar em suas casas os apoios para lidar com os conflitos cotidianos, outros não têm em casa a fonte de apoio e segurança necessárias para conseguir lidar com os problemas do dia a dia, podendo ser na casa onde vivenciam violações e negligências. É comum que os jovens busquem apoio em outros locais, sejam eles formais, como a própria escola, ou informais, como alguns amigos, a comunidade etc.

Neste sentido, as redes de suporte do território, em sua complexidade, precisam estar alinhadas para receber, acolher e resolver as demandas que são levadas pelos



jovens, uma vez que são estas redes que contribuem para a maior efetividade das ações e oferta de maior suporte à população atendida (AVELAR; MALFITANO, 2020).

Durante os grupos focais ficou evidente que poucas, ou quase nenhuma, são as referências de apoio que os jovens podem procurar no território, mesmo sendo esta população assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) como prioritária de cuidados, sendo responsabilidade não só da família, mas também da sociedade e do Estado garantir seus direitos e proteção.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de articulação da escola com equipamentos de vários setores (saúde, assistência social, cultura, segurança pública, etc.) conformando redes intersetoriais mais elaboradas para que assim haja mais efetividade na proteção social dos jovens. Essas redes devem estar articuladas para que novas estratégias políticas e ações sejam criadas, considerando as especificidades das juventudes e do território no qual estes grupos estão inseridos (INOJOSA, 2001).

Ressalta-se, por fim, que a construção e o fortalecimento de redes sociais de suporte no contexto das juventudes é uma forma potente de proporcionar a estes indivíduos novos modos de lidar com seus conflitos cotidianos e enfrentarem ou superarem as adversidades provenientes do seu contexto de vida, desvinculados da violência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados revelam que a violência aparece de forma multifacetada no cotidiano dos jovens deste estudo, aparecendo com várias expressões no ambiente escolar, seja de forma velada ou escancarada, e interferindo nas relações que compõem a vida escolar dos estudantes.

Identificou-se, ainda, que a escola pública, que deveria ser um importante ponto de apoio na rede social de suporte dos jovens, demonstra dificuldades quanto a resolução dos problemas encontrados, principalmente os relacionados à violência e suas consequências, tendo em vista todas as questões sociais e culturais que permeiam seu espaço e a ausência de ações contínuas sobre a temática. Desse modo, a formação continuada do corpo docente e técnico administrativo, principalmente sobre este tema é uma importante ferramenta para o enfrentamento da violência escolar e o lidar com os conflitos, possibilitando a construção de novas relações que tornem a escola uma local de proteção e de apoio na vida dos jovens.



Por fim, constatando a complexidade da temática e o caráter aproximativo da pesquisa realizada, recomenda-se outras investigações que possam propor discussões específicas, aprofundando o estudo sobre situações de violência escolar motivadas por questões particulares, tais como as relacionadas aos marcadores sociais da diferença (raça, gêneros e sexualidades, religião, etc), muitas vezes invisibilizados nos estudos sobre violência escolar sob a denominação genérica de *bullying*. Do mesmo modo, a necessidade de estudos que discutam os suportes sociais fornecidos pela escola para as pessoas que sofrem com estes tipos de violência durante a escolarização.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I.; SALCES, C. D.; FERNANDES, T. R. O que pode a escola pública diante das desigualdades? **Revista de Educação**, Campinas, v. 26, e215328, p. 1-18, 2021.

Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5328>

Acesso em 02 de setembro de 2023.

ARAÚJO FILHO, I. K. S. *et al.* Violência escolar frente à judicialização: um estudo em escolas de Cascavel - PR. **HOLOS**, Natal, v. 36, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6936> Acesso em 15 de agosto

de 2023.

AVELAR, M. R.; MALFITANO, A. P. S. A proposição de articulação em rede para atenção pública a crianças e adolescentes. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200010

Acesso em 10 de julho de 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D. D.; QUINTAIS, G. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**. Texto para Discussão, 834. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L.; Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Nova econ.** Minas Gerais, v. 26, n. 2, p. 653-677, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/neco/a/KCWyd3NJycFWSDxy58z4NZq/abstract/?lang=pt> Acesso

em 02 de setembro de 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. **Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acesso em 02

de setembro de 2023.

CARMO, D. S. do, *et al.* Violência, ato infracional e escola pública: reflexões a partir da compreensão de professores e gestores do ensino médio. **Rev. Interinst. Bras. Ter.**



Ocup. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 369-386, 2021. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/42577> Acesso em 02 de março de 2023.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, p. 432-442, 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/fDDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 02 de setembro de 2023.

DAYRELL, J., GOMES, N. L., LEÃO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/3rBtV9HvsS3RhdQRgTXV67S/abstract/?lang=pt> Acesso em 15 de julho de 2023.

GONTIJO, E. M. O. **LGBTfobia na escola**: uma análise da percepção de estudantes e professores de uma escola pública mineira sobre preconceito contra diversidade sexual e degênero no ambiente escolar. (Trabalho de Conclusão de Curso). Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2018.

INJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, v. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em:
https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf Acesso em 02 de setembro de 2023.

KAPPEL, V. B. *et al.* Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu-SP, v. 18, n. 51, p. 723-735, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/icse/a/YwQZFRzqWqwGpQ6w47RcvLS/abstract/?lang=pt> Acesso em 02 de setembro de 2023.

LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educ.Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/Jr9sGWbKhNRCFwFBMzLg34v/> Acesso em 05 de agosto de 2023.

MARCASSA L. P.; DAMAGRO S. L. Juventude pobre e a relação com a escola: entre esperança e desilusão. **Revista Cocar**. Belém, v.15, n.3, p. 1-25, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.uempa.br/index.php/cocar/article/view/3841> Acesso em 05 de agosto de 2023.

MARAFON, G.; SCHEINVAR, E.; NASCIMENTO, M. L. Conflitos enquadrados como *Bullying*: Categoria que aumenta tensões e impossibilita análises. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 2, p. 87-104, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pc/a/Yz6CqLHwcsqrZX4rSTsbmgG/abstract/?lang=pt> Acesso em 02 de setembro de 2023.

MARTINS, A. M., MACHADO, C. Gestão escolar, situações de conflito e violência: campo de tensão em escolas públicas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 59, p. 157-73, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/sTW4Vv8N9jLycKRdNF44bWz/abstract/?lang=pt> Acesso em 03 de agosto de 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 2018.

MONZELI, G. A.; FERREIRA, V. S.; LOPES, R. E. Entre proteção, exposição e admissões condicionadas: travestilidades e espaços de sociabilidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 451–462, 2015. Disponível em:



<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/968>

Acesso em 02 de setembro de 2023.

NESELLO, F., et al. Características da violência escolar no Brasil: revisão sistemática de estudos quantitativos. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. Londrina, v. 14, n. 2, p. 119–36, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/nLZm37hjg3drFxsMSTTCLbm/abstract/?lang=pt> Acesso em 04 de fevereiro de 2023.

PEIXOTO, R. A., et al. Conceituando juventude(s) a partir de um diálogo com a síntese de indicadores sociais. **Brazilian Journal of Development**., Curitiba, v. 6, n. 7, p. 47947-47955, jul. 2020. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/13377> Acesso em 04 de agosto de 2023.

PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n26/v09n26a12.pdf> Acesso em 03 de setembro de 2023.

ROCHA, M. F. J. **Conflito, Diálogo e Permanência**: o professor mediador, o adolescente que cometeu o ato infracional e a escola. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, UFSCAR, São Carlos, 2014.

SANTOS, J. V. T. A violência na escola, uma questão social global. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (ed.). **Violencia, sociedad y justicia en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 117-133, 2002.

SANTOS, E. M. N.; LIMA, F. W. C.; VALE, C. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante.

Eccos - Revista Científica, São Paulo, n. 54, p. 1-18, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/8338> Acesso em 03 de setembro de 2023.

SEFFNER, F. Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação. **Revistas Unisinos**, Porto Alegre, v. 20, n.1, p. 48-57, 2016.

Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2016.201.05> Acesso em 05 de julho de 2023.

SILVA, R. G. L. B., BEZERRA, W. C., QUEIROZ, S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052> Acesso em 03 de setembro de 2023.

SILVA, D. C. O.; RUZZI-PEREIRA, A.; PEREIRA, P. E. Fatores protetivos à reincidência ao ato infracional: concepções de adolescentes em privação de liberdade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v 21, n 3, p.553-561, 2013. Disponível em:

<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/915> Acesso em 03 de setembro de 2023.

SLUZKI, C. E. Redes pessoais sociais e saúde: implicações conceituais e clínicas de seu impacto recíproco. **Famílias, Sistemas & Saúde**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1-18, 2010.

SOUZA, T. Y.; OLIVEIRA, M. C. S. L.; RODRIGUES, D. S. Adolescência e juventude: questões contemporâneas. **Módulo 1 do Núcleo Básico em Socioeducação**. Escola Nacional de Socioeducação. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2015.



SPÓSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/pbFRcymkHxFPkK7VkkMwXNQ/abstract/?lang=pt> Acesso em 03 de setembro de 2023.

TOSTA, M. C. **Síndrome de alienação parental: a criança, a família e a lei**. (Trabalho de Conclusão de Curso). PUC-RS, Porto Alegre, 2013.

UNICEF. **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa**: Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes Brasília, 2012. Disponível: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_oosc_ago12.pdf Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

VICENTIN, M. C. G.; GRAMKOW, G. Pistas para pensar um agir criançaável nas experiências de conflito. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 368-390, 2028. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8650659> Acesso em 03 de setembro de 2023.

